



50 anos do Golpe Militar de 64

"A história que a mídia faz,  
conta ou não conta"

## Memórias do Jornalismo, Biografias de Jornalistas: a relação entre fonte e objeto de pesquisa <sup>1</sup>

"Eu sozinho tenho mais lembranças que terão tido todos os homens desde que o mundo é mundo." Jorge Luis Borges.

DE MORAES, Vaniucha  
(Mestre em Jornalismo /Doutoranda  
em Sociologia Política)<sup>2</sup>  
UFSC/Santa Catarina

**Resumo:** Neste artigo analiso casos de jornalistas que tiveram passagem pela revista Realidade (1966/1968) e por jornais da imprensa alternativa (1970) e empreenderam a publicação de livros a respeito de suas histórias de vida nas duas últimas décadas. Investigo a relação entre fontes biográficas e objetos de estudo, assim como a interação entre as biografias e outras fontes de pesquisa. A fim de ilustrar a temática, incorporei ao estudo das biografias dos jornalistas resultados da pesquisa de campo realizada por meio de entrevistas com os jornalistas intelectuais remanescentes de Realidade. Em minha abordagem, inicio pela argumentação sobre o valor das biografias como documento histórico e na sequência procuro relacionar os princípios de produção das obras autobiográficas dos jornalistas referidos ao contexto de transformações no campo jornalístico.

**Palavras-chave:** História do Jornalismo; Sociologia da Cultura; Revista Realidade.

Em agosto de 2009, quando então pesquisava a revista Realidade, fui à casa do jornalista Mylton Severiano para entrevistá-lo. Mylton é um dos remanescentes da equipe original da prestigiada publicação lançada no ano de 1966, em um momento de agitação cultural e princípio do período ditatorial iniciado pelo golpe militar de março de 1964. Mylton me contou que estava escrevendo um livro sobre Realidade. Estava em posse do arquivo pessoal de Paulo Patarra, editor-chefe e principal idealizador de Realidade, falecido em 2008. Como posteriormente descreveria em seu livro "Realidade – a história da revista que virou lenda", o arquivo pessoal de Patarra era "uma pilha de laudas em uma caixa de papelão amarelo da Kodak, antiga, de guardar ampliações 18 x 24, cheia de fotos, bilhetes, comunicados e um manuscrito "bomba", de agosto de 1968, dois meses antes dele ser "promovido" a diretor de projetos especiais" (2013, Severiano, p. 21). Mylton se refere ao afastamento de Patarra que serviu de estopim para um

1 Trabalho apresentado no GT de História do Jornalismo, integrante do 5º Encontro Regional Sul de História da Mídia – Alcar Sul 2014.

2 Doutoranda vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre em Jornalismo pela UFSC. Jornalista e pesquisadora de temáticas como: história dos intelectuais e da imprensa brasileira; sociologia da cultura; jornalismo e literatura. E-mail: [vaniucha1@yahoo.com.br](mailto:vaniucha1@yahoo.com.br).



episódio de demissão coletiva na redação da revista e posterior debandada dos jornalistas para a hoje denominada Imprensa Alternativa de 1970. No dia seguinte à ocasião do meu encontro com o jornalista, este me envia por *e-mail* um fragmento transcrito do arquivo pessoal de Patarra. Uma “pensata” contendo as diretrizes do projeto editorial da revista Realidade elaborada por quem concebeu a ideia da publicação. Esse documento foi crucial para minha dissertação de mestrado do mesmo modo como o livro de Mylton está sendo importante para minha atual pesquisa sobre os jornalistas intelectuais. Contudo, uma biografia e um fragmento de arquivo pessoal são recursos que possuem valores distintos na pesquisa científica.

A breve narrativa acima propicia explorar alguns dos dilemas enfrentados em situações de pesquisa. A proposta editorial de Patarra para a revista Realidade extraída do arquivo pessoal do editor-chefe e as entrevistas concedidas a mim pelos precursores da publicação em pesquisa de campo foram fontes primárias. Por outro lado, o livro de Mylton – uma biografia coletiva, pois descreve a trajetória de outros integrantes da equipe inicial – é uma fonte secundária. Esta última foi produzida a partir de uma totalidade de documentos aos quais não tive acesso e tem como suporte a escrita de um autor que traça a história de sua própria história de vida e de seus amigos remetendo a um tempo pretérito. Isso significa que poderíamos considerar as biografias menos fiéis à história, posto que recaem sobre elas as contingências inerentes de quem conta sua própria história, como a seleção dos fatos e as estratégias de coerência? Qual é o valor de documento histórico de uma biografia? O assunto é o *status* de veracidade das fontes e este é um tema recorrente tanto no jornalismo como na ciência.

A história pode ser escrita a partir de várias fontes. Sua matéria-prima é diversa e compreende arquivos, diários, selos, objetos de uso pessoal e até a literatura, a música e a arquitetura de uma determinada época. Porém, na epistemologia disciplinar diz-se que a memória é a matriz da história; a memória que é tornada testemunho, a memória transcrita, arquivada, destinada aos arquivos e por fim à historiografia, à escrita da história. Esta epistemologia preconiza que a história se autonomizou ou se institucionalizou como disciplina a partir do momento em que se destacou da memória e da oralidade do testemunho. O arquivo, fonte privilegiada para o historiador, é o resultado do testemunho oral tornado documento histórico. Então, como compreender o



caso das biografias que são também o registro da história de alguém e de uma época, embora não detenham o mesmo *status* de fonte primária dos arquivos? A princípio se poderia caracterizá-las como fontes. Interessa então saber como coligir as biografias com outras fontes e recursos de que dispõe um pesquisador para realizar sua pesquisa. Pois se cada fonte requer um tratamento distinto, que tratamento dar às biografias e memórias? Sendo assim, é preciso situar a biografia dentro do campo disciplinar da história e na sequência lançar mão de um exemplo para ilustrar sua condição, neste caso, as biografias e memórias de jornalistas.

A disciplina histórica atravessou várias fases de revisionismos e muitos de seus elementos basilares foram alvos de intensos questionamentos, tais como a fidedignidade dos arquivos, a objetividade do documento público e institucional, a infalibilidade do testemunho. A história objetiva do século XIX creditava ao documento na forma de texto a representação autêntica do fato histórico. No século XX, porém, veio a chamada revolução documental quando o documento como texto deixou de ser visto como a única fonte legítima. Outros recursos passaram a ser contemplados: os objetos, as edificações, as produções artísticas e os registros em áudio e vídeo também passaram a ser considerados detentores de um saber – eles também contavam coisas sobre o passado. A Nova História passou a contestar a autenticidade dos documentos e dos testemunhos posto que só registravam fatos e pessoas proeminentes. O que se queria era lançar luz à vida de outros homens: os anônimos, os vencidos, os ordinários. No começo daquele século, a tendência era a atenção aos rastros deixados e o cruzamento dos testemunhos, o que demonstra que a procura positivista pela objetividade não estava concluída pois havia a procura pela verdade nos vestígios. Era preciso contestar os testemunhos, os documentos e os registros. Em contrapartida, na segunda metade do século XX, ganha força a história oral e os depoimentos dos marginalizados, dos oprimidos, em especial das vítimas das duas grandes guerras mundiais, como os sobreviventes do holocausto nazista. A subjetividade da testemunha ocular e o seu registro em primeira pessoa tiveram que conviver, ainda que desarmoniosamente, com o questionamento a respeito da verdade contida nos testemunhos, ou seja, com a ideia da ilusão biográfica.

Tornou-se necessário para a história ir além dos arquivos institucionais, pois os



arquivos pessoais, os acervos de pessoas públicas e anônimas “pediam” atenção. No passado e nos dias atuais, a fusão de arquivos públicos aos pessoais pode fornecer substrato para biografias ou autobiografias. De toda forma, as biografias são fontes que não podem ser negligenciadas ainda que tenham caráter secundário ou que possam conter certa dose de parcialidade. Sua utilização também não prescinde do olhar criterioso. Uma visão apurada, não para buscar a verdade imaculada, mas para investigar a condição de existência de um indivíduo ou de um grupo, torna possível a análise de um cenário em que vários fatores concorrem para um fim cuja importância deve ser capital para determinado objeto de estudo.

O presente artigo tem como objetivo lançar uma discussão sobre o valor documental das biografias e memórias. Pretendo, com ele, estabelecer o diálogo das biografias com outros tipos de fontes a fim de investigar a relação que se estabelece entre fonte e objeto de pesquisa. No caso em questão, a relação entre biografias e memórias de jornalistas remanescentes da prestigiada revista *Realidade* e os seus escritores e biografados. O propósito é promover o diálogo entre essas fontes e as informações obtidas em pesquisa de campo efetivada por meio das entrevistas concedidas a mim pelos jornalistas da referida publicação.

É importante retomar brevemente o meu objeto de estudo. A revista *Realidade*, primeira experiência da Editora Abril em publicações de informação geral, existiu por dez anos consecutivos, de 1966 a 1976. Seu auge, porém, foram os quatro primeiros anos, de 1966 a 1968, período em que se destacou pela ousadia na linguagem e na abordagem temática. Em sintonia com a efervescência cultural daquele momento, a revista abordou assuntos como: a revolução sexual e comportamental; o movimento estudantil; os desdobramentos da Guerra Fria com o conflito no Vietnã; a implantação das ditaduras militares na América do Sul; e toda sorte de polêmicas que agitavam aqueles anos da década de 1960. Era essencialmente uma revista de reportagens. Grande parte delas, redigidas em primeira pessoa, uma iniciativa avessa à reforma editorial que se estabelecia na época e que apregoava o jornalismo imparcial, ideia hoje hegemônica. O resultado eram reportagens quase literárias fruto de pesquisas de imersão que, por vezes, duravam meses a fio. Nesse sentido, a revista se beneficiou dos estertores do intervalo democrático para contestar a moral vigente e o Estado autoritário em gradativo



recrudescimento do golpe militar. Isto é, nos primeiros quatro anos e auge da revista, o Ato Institucional nº 5<sup>3</sup> ainda não havia sido promulgado. Entretanto, já na segunda metade do ano de 1968 a equipe responsável pela linha editorial adotada já se encontrava fragmentada em função do contexto de pressão política e do investimento que a Editora Abril estava fazendo em seu próximo lançamento, a revista *Veja*, realizado em setembro de 1968. Após 1968, *Realidade* sofreu um gradativo processo de descaracterização em seu projeto inicial e seguiu perdendo a essência contestadora e, conseqüentemente, o seu público. Teve reduzido o seu número de tiragens até finalmente parar de ser impressa em 1976. Porém, os momentos áureos de *Realidade* permaneceram na memória de profissionais de imprensa, dos leitores e sobretudo nas mentes daqueles que se encarregaram de fixá-la nos registros da história da imprensa brasileira por meio de trabalhos científicos e autobiografias produzidos décadas depois.

Muitos foram os trabalhos acadêmicos que abordaram direta ou indiretamente a revista *Realidade*. O primeiro deles foi uma tese de doutoramento realizada em 1988, de autoria de Maria Terezinha Tagé Dias Fernandes, denominada “Jorge Andrade, Repórter Asmodeu: leitura do discurso jornalístico de autor na revista *Realidade*”. Em 1991, Bernardo Kucinski, defendeu a tese “Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa”. Nela o autor posiciona a revista *Realidade* como uma importante matriz da imprensa alternativa na década de 1970. A tese seguinte, de 1993, também trouxe para o debate a revista *Realidade* em: “O livro-reportagem como extensão do jornalismo impresso: realidade e potencialidade”, de Edvaldo Pereira Lima, na qual cita a publicação da Abril como uma referência na história da reportagem e um fator de importância do desenvolvimento do livro-reportagem no Brasil. Em seguida, em 1999, José Salvador Faro produz “*Realidade* 1966-1968 - tempo de reportagem na imprensa brasileira”. Faro posiciona a revista no centro de seu trabalho e a classifica como um marco na história da reportagem na imprensa nacional. Em 1997, Adalberto Leister Filho apresentou trabalho de iniciação científica denominado: “*Realidade* em revista: a revista *Realidade*, a memória dos jornalistas de uma publicação revolucionária (1965-

---

<sup>3</sup> O Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, fechou o Congresso Nacional, determinou a censura a toda e qualquer manifestação de pensamento, impôs o controle total dos meios de comunicação de massa através da censura prévia e suspendeu as prerrogativas da magistratura e o direito de *habeas corpus* para crimes de natureza política.



1968)". O autor buscou recuperar o caráter revolucionário da revista a partir de depoimentos de jornalistas que participaram da equipe original. Leister deu sequência à sua pesquisa em uma dissertação de mestrado defendida em 2003, denominada "Entre o sonho e a realidade: pioneirismo, ascensão e decadência da revista Realidade (1966-1976)". Outros tantos trabalhos científicos utilizaram a publicação como eixo, como a dissertação de Letícia Nunes Góes Moraes, de 2001, denominada "A dança efêmera dos leitores missivistas da revista Realidade (1966-1968)", em que a autora analisa a seção de cartas da revista, tratando-se de um estudo de recepção sobre a repercussão social e a forma como a revista era lida durante os três primeiros anos de publicação. Em 2010, defendi a dissertação "Realidade (Re) vista: o papel do intelectual na concepção de um projeto revolucionário" na qual busquei compreender o motivo do recorrentemente citado caráter revolucionário da revista. Esse trabalho foi realizado por meio de uma investigação que envolveu pesquisa documental nas edições dos quatro primeiros anos aliada à pesquisa de campo na qual entrevistei os precursores de Realidade. Na ocasião, pude aferir que Realidade havia sido resultado de uma comunhão de fatores: o contexto sócio-histórico, a sinergia da redação e a formação intelectual dos indivíduos envolvidos.

Após essa extensa lista de exemplos de pesquisas que direta ou indiretamente abordaram Realidade – embora sem abarcar em sua totalidade a quantidade de trabalhos realizados em função dos limites de espaço para um artigo – é necessário destacar por curiosidade: entre os pesquisadores muitos tiveram formação inicial em jornalismo, atuaram como jornalistas ou são professores na área de comunicação, como por exemplo, Bernardo Kucinski, J. S. Faro, Edvaldo Pereira Lima, Letícia Nunes Góes e Adalberto Leister Filho. Assim sendo, são jornalistas aqueles que se preocuparam em registrar Realidade também como objeto de pesquisa científica.

No transcorrer no processo de levantamento de dados durante o mestrado, recorri ao recurso das biografias dos jornalistas com passagem por Realidade e, dessa forma, pude identificar alguns traços característicos de seus autores. Enquanto Realidade conquistava cada vez mais prestígio como objeto de pesquisa no âmbito acadêmico, os jornalistas que fizeram história fazendo Realidade, também redigiam seus livros de memórias.



50 anos do Golpe Militar de 64

*"A história que a mídia faz,  
conta ou não conta"*

João Antônio já havia publicado na coletânea de contos “Malhação do Judas Carioca”, de 1975, um conto reportagem sobre o cotidiano do cais de Santos intitulado “Cais” e originalmente publicado sob o título “Um dia no cais” na edição de novembro de 1968 de Realidade. Em 2005, João Antônio foi biografado por Mylton Severiano, amigo e companheiro dos tempos de Realidade, em “Paixão de João Antônio”. Os exemplos mostram a simbiose entre produção jornalística e literária e a permeabilidade entre seus agentes. Na sequência foram publicadas as seguintes obras, que em geral são biografias coletivas por compreenderem a narrativa de um indivíduo inserido em seu grupo entremeada com a história da imprensa e do país: “Eu é um outro: autobiografia de Roberto Freire”, de 2002; “Cicatriz da reportagem: 13 histórias que fizeram um repórter”, de 2007, de Carlos Azevedo; “Realidade Re-vista”, de José Hamilton Ribeiro e José Carlos Maranhão, de 2010; e “Realidade – a revista que virou lenda”, de Mylton Severiano, de 2013. Realidade e seus protagonistas também fundaram projetos de comunicação como a Caros Amigos, revista que em maio de 2008 publicou uma edição especial em função do falecimento do jornalista Sérgio de Souza. Sérgio havia sido editor de texto de Realidade e na década de 1970 capitaneou várias produções da Imprensa Alternativa, sendo uma referência para os seus amigos, motivos para se dedicar uma edição integral a ele.

Nota-se que os livros mencionados têm algumas características em comum: neles os autores relatam suas memórias e nelas incluem suas passagens pela revista Realidade e pela imprensa alternativa; há uma recorrente menção à história do grupo como história vivida em conjunto e assim é frequente o uso do pronome “nós” para designar essa história coletiva, por sua vez, associada a história nacional; e seus autores são escritores profissionais que atuaram na imprensa e também já publicaram dois ou mais livros. São, portanto indivíduos que no transcorrer nos anos marcaram suas trajetórias pelo exercício profissional da escrita no jornalismo e na literatura.

Dito isso, é necessário retomar à questão feita anteriormente: que relação posso estabelecer entre as biografias e memórias desses jornalistas e o estudo sobre jornalistas que atuam na condição de intelectuais? A questão acerca das biografias (fontes secundárias) serem fontes mais ou menos fidedignas em relação aos documentos de arquivo (fontes primárias) parece estar intrinsecamente relacionada às condições de



produção desse tipo de recurso. Porém, antes de chegarmos nas condições de produção será necessário abordar tais fontes sob o enfoque do campo de conhecimento da história.

### **As memórias e os relatos autobiográficos na história**

O jornalismo há muito tempo serve como fonte para os historiadores. Jornais, revistas, gravações de programas jornalísticos em áudio e vídeo são importantes não exatamente por serem retrato de uma época, mas porque funcionam como amplificadores da relação estabelecida entre os meios de comunicação e a sociedade. Por meio de periódicos antigos pode-se investigar, por exemplo, como a hierarquia de um jornal possui associações e se mantém por meio dos vínculos que cultiva com as elites intelectuais, políticas e econômicas.

Observar o registro histórico não como reprodução fiel dos fatos passados remonta a uma perspectiva que interessa quando o assunto em questão são os relatos autobiográficos. Testemunhos de histórias de vida não compreendem a totalidade da vida de um indivíduo, eles são uma seleção de fatos significativos feita por quem conta uma história e, em geral, sob um ponto de vista. O mosaico de acontecimentos formado por uma biografia pode fornecer indícios sobre a interação entre os sujeitos e os distintos âmbitos (familiar, profissional, social) em que circularam. Em outras palavras, nas biografias não encontramos a reprodução fiel da história, mas a forma com esta foi apreendida pelos biografados e por aqueles que realizaram as narrativas sobre si. Os relatos autobiográficos podem estar integrados aos arquivos institucionais ou pessoais na forma de testemunhos e também podem fornecer subsídios para produção de memórias e biografias. No entanto, é necessário uma postura crítica na leitura de ambos tipos de fontes. É pertinente retomar os movimentos feitos por pensadores e teóricos na tentativa de contestar o primado da objetividade nos registros históricos.

Le Goff destacou que a história é a forma científica da memória coletiva. Para ele, os materiais da memória podem se apresentar sob duas formas principais, os monumentos, que são heranças do passado, e os documentos, que são uma escolha do historiador. O historiador descreve o triunfo do documento sob o monumento ao longo do século XVIII. Também discorre sobre o modo como os historiadores do século XIX, imbuídos pelo espírito positivista, alçaram os documentos textuais à condição de prova





fidedigna de fatos do passado em detrimento dos monumentos. No entanto, como a objetividade do documento se afirmava essencialmente no testemunho transcrito, foi preciso empreender uma busca pela objetividade e contrastar os vários testemunhos. Havia, portanto, um prenúncio de uma crítica ao documento. Porém, era a procura pela autenticidade que ainda movia os historiadores do século XIX. Posteriormente, nas primeiras décadas do século XX, os fundadores da revista *Annales d'histories économiques et sociale* (1929) tornaram-se pioneiros de uma nova história ao argumentarem que a noção de documento deveria ser alargada para além dos arquivos institucionais. A chamada revolução documental empreendida prosseguiu em um movimento crescente até a década de 1960 quando alguns estudiosos anunciaram que o interesse da memória coletiva e da história já não era apenas os grandes homens e os grandes acontecimentos, mas fatos corriqueiros e de todos os homens. Entretanto, Le Goff advertiu que o procedimento de monumentalização dos documentos persistia como um risco que o historiador não poderia negligenciar. Propôs, assim, radicalizar a crítica ao documento.

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resultado do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro determinada imagem de si próprias (Le Goff, 1992, p. 548).

As ponderações a respeito do documento também tiveram ressonância com relação à própria escrita da história. De Certeau, estudioso que dedicou várias linhas à investigação do homem ordinário, também observou que a história era resultado da transmutação de coisas ordinárias do mundo em documentos. Para ele, “em história tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em “documentos” certos objetos distribuídos de outra forma” (2010, p. 81). Esta nova distribuição é um processo cultural e carrega em si a marca do lugar social de onde procede o historiador. Segundo De Certeau, “a operação historiográfica está atrelada à construção de um lugar social, de práticas científicas e de uma escrita” (2010, p. 66).



50 anos do Golpe Militar de 64

*"A história que a mídia faz,  
conta ou não conta"*

A escrita da história está por certo marcada por sua procedência, uma vez que o historiador imprime consciente ou inconscientemente a sua subjetividade em seu discurso. Contudo, o texto do historiador advém em sua grande parte da consulta em arquivos e documentos. Em função deste fato, Ricoeur advertiu que o gesto citado por Certeau de separar, reunir e de coletar é o objeto de uma disciplina distinta, a arquivística, esta última um campo que permanece muito atrelado à percepção positivista segundo a qual os documentos de arquivo são a materialização ou corporificação dos fatos, ou seja, que existe uma relação de equivalência entre ambos (Camargo, 2009, 429) uma vez que reproduzem a forma de organização do lugar ou instituição de procedência.

Mas o que acontece quando as fontes utilizadas por um pesquisador não são os arquivos institucionais, mas biografias, memórias e relatos de histórias de vida? De acordo com Ricoeur, “se os escritos constituem a porção principal dos depósitos de arquivos, e se entre os escritos os testemunhos das pessoas do passado constituem o primeiro núcleo, todos os tipos de rastros possuem vocação de ser arquivados” (2007, p. 178). Assim, o pensador ressalta não somente que todo tipo de recurso está passível de arquivo mas que os documentos são mais que textos arquivados, são antes de tudo evidências dos testemunhos orais e, portanto, dos rastros do passado.

Os testemunhos são dessa forma parte vital do trabalho historiográfico. Para Ricoeur tudo começa com o testemunho, “com o testemunho inaugura-se um processo epistemológico que parte da memória declarada, passa pelo arquivo e pelos documentos e termina na prova documental” (Ricoeur, 2007, p. 170). Esse pensador registra que o ato de fazer história é inaugurado quando se assume em primeiro plano a iniciativa de pessoa física ou jurídica que visa preservar os rastros de sua própria atividade. Aqui, o arquivo promove a ruptura com o ouvir dizer do testemunho oral (Ricoeur, 2007, p. 178).

A temática do testemunho orientou o estudo de Marc Bloch. Esse historiador investiu na fundação de uma nova forma de enxergar a história através de uma postura crítica diante dos documentos e dos testemunhos. Ao contestar a objetividade do conhecimento histórico argumentou que era impossível descrever com imparcialidade os fatos passados. Pois o conhecimento do passado é mediado por testemunhas sendo

assim um conhecimento indireto. O estudioso aferiu que o conhecimento do passado pelos historiadores é adquirido através de vestígios ao contrário da observação direta típica das ciências naturais. Para ele “o passado é por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em processo, que incessantemente se transforma e se aperfeiçoa (2001, p. 75). Bloch empreendeu uma crítica às provas materiais e, especialmente, ao testemunho. Para ele, o uso de testemunhos diversos e opostos é uma especificidade da história, o que se justifica já que os fatos humanos são complexos. Adverte que os testemunhos devem ser avaliados através das técnicas de pesquisa e, sobretudo, pela sensibilidade do historiador, já que “na crítica ao testemunho todos os dados estão viciados pois elementos muito delicados intervêm constantemente para fazer a balança pender para uma eventualidade privilegiada” (2001, p. 118).

Os testemunhos advêm das memórias e estas não escapam à necessidade de uma percepção criteriosa, pois o passado é impossível de ser apreendido em sua integridade. Pollak foi um historiador que se debruçou sobre a relação entre a memória e os processos de construção e manutenção da identidade coletiva. Para ele, a memória é seletiva porque nem tudo fica registrado. Isto é, a organização da memória se dá em função das preocupações pessoais e políticas do momento. Ela sofre flutuações em função do momento em que é articulada, em que está sendo expressa. O que a memória individual grava, concentra ou exclui é resultado de um trabalho de organização. O historiador ressalta que a memória é um fenômeno construído social e individualmente. Em se tratando da memória herdada ou coletiva, há uma ligação muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade individual ou coletiva sendo, também, um elemento importante do sentimento de continuidade e coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua construção de si (Pollak, 1992, p. 5). Pollak sublinha que memória e identidade estão presentes em conflitos intergrupais diversos. Em função das disputas para o estabelecimento e manutenção da memória e identidade coletivas há esforços constantes, os quais classifica como trabalhos de enquadramento da memória.

O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também



50 anos do Golpe Militar de 64

*"A história que a mídia faz,  
conta ou não conta"*

de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro. Mas assim como a exigência de justificação discutida acima limita a falsificação pura e simples do passado na sua reconstrução política, o trabalho permanente de reinterpretação do passado é contido por uma exigência de credibilidade que depende da coerência dos discursos sucessivos (Pollak, 1989, p. 3).

As posições dos historiadores acima demonstram que documento histórico, testemunhos e memória são passíveis de construção de acordo com as circunstâncias, o contexto e a subjetividade de quem profere ou redige os testemunhos. É de suma importância ter em mente que a produção da memória muda com as transformações no contexto. Tais contingências incidem sobre a própria escrita da história e isto vale tanto para a escrita científica como para a escrita autobiográfica.

Ao promover o diálogo entre os historiadores e o meu objeto atual de estudo, os jornalistas intelectuais, tenho condições para lançar mão de algumas questões que podem orientar a pesquisa. Se a edificação e manutenção da memória coletiva é alvo de conflitos e está passível de sofrer processos de enquadramento em momentos de mudança, quais foram as circunstâncias da produção das biografias tomadas como exemplo? Assim, é preciso considerar o momento de mudança que atravessa o jornalismo e sua relação com as biografias coletivas. Qual seria o ponto de vista do jornalista escritor ao redigir um livro de memória, o do intelectual ou o do profissional de imprensa? Quais seriam as condições gerais de produção dessas biografias e memória? Tais questionamentos têm maiores chances de serem solucionados se equacionados com os resultados da pesquisa de campo? As entrevistas são fontes distintas e por isso merecem outra forma de tratamento. No entanto, são cruciais para se compreender as imbricações entre as mudanças no campo jornalístico e os recentes lançamentos de memórias e biografias de jornalistas.

### **Princípios de produção das biografias**

A discussão sobre a validade dos livros biográficos como documentos históricos solicita uma investigação sobre os princípios de produção dessas fontes. Relatos autobiográficos colhidos por meio de entrevistas, ainda que fontes distintas, também requerem uma análise sobre o contexto em que foram proferidos. Ao coligir os dois



recursos e promover o diálogo com as trajetórias dos jornalistas intelectuais em questão, é possível inferir a respeito dos princípios de produção das referidas narrativas de histórias de vida. Nesse caso, reúno aos resultados das entrevistas concedidas a mim, pelos jornalistas remanescentes de Realidade, o exame atento de suas biografias coletivas – uma vez que as obras pesquisadas fazem referência recorrente ao grupo e não apenas ao indivíduo – já publicadas em livros.

As condições de produção dos livros de memórias evidenciam o contexto de intensas transformações no campo jornalístico. Tem-se que o profissional de imprensa se modificou da segunda metade do século XX aos dias atuais. A figura do jornalista romântico atravessou um longo processo de profissionalização até ser substituída pela imagem do burocrata produtor de notícias. A industrialização dos meios de comunicação e a profissionalização do jornalista são pontos de referência de um momento em que a atividade abandona o diletantismo original e sua ancoragem na literatura.

Vários fatores contribuíram para essa transformação: a grande reforma gráfica e editorial nos jornais a partir da década de 1950; o momento de modernização e industrialização que vivia o país no período, o que deu propulsão às mudanças na forma e no conteúdo dos jornais (Bahia, 1990, p. 379); a elaboração dos manuais de redação que padronizaram a linguagem jornalística e seu *modus operandi*; a exigência do diploma de graduação em jornalismo para o exercício da profissão, a partir do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969 (vigente até 2009); e, na década de 1990 e primeira década dos anos 2000, a crescente simbiose entre as novas tecnologias de informação e comunicação e a própria essência da atividade.

As mudanças no campo jornalístico tiveram ressonância na própria constituição identitária do jornalista. A partir de 1950 é possível inferir que se deu o início ao processo de autonomização do campo jornalístico em relação ao campo literário, fundamental para a autoconstrução da legitimidade da própria profissão. Tais reformas podem ser vistas, pelos próprios profissionais, como o momento de construção do marco fundador de um jornalismo que se fazia moderno e permeado por uma neutralidade fundamental para espelhar o mundo (Barbosa, 2007, p. 150). Isso significa que a figura clássica do jornalista aspirante a escritor que conjugava o trabalho na



imprensa e o engajamento político foi substituída pela imagem do profissional cuja atividade é calcada na técnica e nas ferramentas tecnológicas que utiliza para exercer sua função. A imagem romântica muito proeminente até a década de 1970, momento de explosão da imprensa alternativa – em que se destacaram jornais como *O Pasquim*, *Ex* e *Movimento* –, ainda estava muito associada à ideia do jornalista, escritor e intelectual. Deduzo que esta é a imagem que coincide com a imagem clássica que se reflete em figuras como Machado de Assis, Lima Barreto, João do Rio, Antônio Calado, entre outros, que conquistaram o reconhecimento como jornalistas intelectuais.

A tecnicização da profissão e a exigência do diploma propiciaram o aparecimento de um conflito entre “antigos” e “novos” jornalistas nas décadas de 1980 e 1990. Os “antigos” jornalistas são aqueles que tiveram formação autodidata e definiram suas identidades profissionais em um momento histórico de enfrentamento do poder político e econômico e se caracterizam por “postura crítica”. Os “novos” jornalistas são os egressos de cursos superiores de jornalismo, considerados pelos mais experientes como alienados, desprovidos de vivência e crítica. Trata-se do conflito entre dois capitais simbólicos distintos, de um lado o capital tradicional pautado pela trajetória profissional como sinônimo de vivência e o outro capital representado pela formação universitária (Bergamo, 2011, p. 252).

A partir da década de 1970 ocorre um processo de profissionalização de áreas atreladas à produção cultural. Espaços profissionais específicos são abertos para as atividades políticas e culturais no Brasil. Vários fatores vão convergir: o estabelecimento de uma indústria cultural com desenvolvimento da televisão, da indústria fonográfica, cinematográfica e editorial; a influência do processo gradativo de redemocratização que reintegrou os indivíduos em atividades políticas oficializadas; a criação de instituições estatais de apoio e financiamento à produção artística, bem como o desenvolvimento de um sistema nacional de pós-graduação e apoio à pesquisa, com a consequente transformação da Universidade em espaço autônomo, instituindo formas de inserção profissional para os intelectuais de carreira (Pereira, 2008, p. 223). Ocorreu uma transformação no universo das produções culturais que foi contemporânea à entrada ou retorno de muitos jornalistas às universidades e em cursos de pós-graduação como pesquisadores e/ou docentes.



50 anos do Golpe Militar de 64

"A história que a mídia faz,  
conta ou não conta"

Com a abertura de espaço nas universidades é possível observar que aumentou a produção de compêndios históricos, obras memorialísticas e de trabalhos científicos a respeito da história de imprensa. No conjunto de trabalhos, a revista *Realidade* ocupa um lugar privilegiado, sendo aclamada com um marco na história da imprensa brasileira. O aumento no número de trabalhos científicos que abordam os prestigiados veículos e jornalistas – utilizando-se do método da história oral – foi seguido pela publicação de biografias individuais e coletivas. É curioso que o registro da memória dos chamados “casos exemplares” da história da imprensa nacional – sejam eles jornais, revistas ou indivíduos – tenham sido resgatados no ambiente cultivado nas universidades a partir das décadas de 1970 e 1980, justamente no momento em que a produção científica ganha fôlego e incentivo profissionalizante.

Entre os trabalhos científicos sobre a história da imprensa alguns surgiram da própria experiência jornalística. Kucinski, autor de “Jornalistas e Revolucionários”, foi levado a citar-se em terceira pessoa ao realizar um levantamento sobre os jornais e protagonistas da Imprensa Alternativa na qual atuou como jornalista. O próprio arquivo pessoal do pesquisador talvez tenha sido incorporado à pesquisa. Sendo assim, seria possível conjecturar qual seria a relação entre os arquivos pessoais que se tornaram biografias e aqueles que resultaram em trabalhos científicos. Deduzo que o que os relaciona são as intenções subjacentes ao processo de arquivamento e utilização desse arquivo para algum fim posterior, ainda que estes objetivos sejam distintos. Heymann, pesquisadora que se dedicou ao estudo do arquivo pessoal de Darcy Ribeiro, direcionou sua análise à captação dos aspectos relacionados à construção do legado memorial e dos diferentes caminhos e agentes envolvidos na fabricação do arquivo do citado intelectual e político brasileiro. As reflexões da pesquisadora podem contribuir para nossa reflexão no sentido de perceber nos arquivos pessoais algo além de textos que carregam testemunhos. É necessário enxergá-los como documentos que podem ser empregados posteriormente na produção de biografias ou trabalhos científicos. Assim como pode ocorrer em arquivos públicos, muitos agentes e muitas variáveis interferem na produção dos conjuntos documentais de natureza pessoal (Heymann, 2012, p. 49), isto é, há razões para o arquivamento e para a utilização posterior. Tais razões podem estar ligadas ao legado que os indivíduos pretendem imprimir na história e às transformações



conjunturais.

A transmutação da experiência profissional em narrativa autobiográfica dos precursores de Realidade começou em 1969 com o livro “Gosto de Guerra”, de José Hamilton Ribeiro, sobre sua experiência na Guerra do Vietnã. Entretanto, foi a partir dos anos 2000 que o número de biografias aumentou. A primeira é “Eu é um outro, autobiografia de Roberto Freire”, de 2003, seguida por “Paixão de João Antônio”, de 2005, uma biografia do escritor paulistano feita por Mylton Severiano (colega em Realidade) ancorada na correspondência feita entre os amigos, e por “Cicatriz de Reportagem”, de Carlos Azevedo, datada de 2007, na qual o autor descreve suas experiências pessoais e profissionais na produção de reportagens que lhe foram marcantes, entre elas, algumas produzidas em Realidade e na Imprensa Alternativa. Posteriormente vieram as biografias coletivas que tiveram a revista Realidade como eixo: “Realidade Re-vista”, de José Hamilton Ribeiro e José Carlos Marão, de 2010, e a mais recente, “Realidade – a história da revista que virou lenda”, de Mylton Severiano, de 2013. A obra de Mylton se destaca especialmente como biografia coletiva ao retomar histórias de vida do autor e de seus companheiros, tendo como cenário os bastidores de Realidade e suas incursões pelos jornais alternativos.

A análise de biografias requer que estejamos atentos a certas noções que são basilares quando o assunto é a escrita de si. Histórias de vida são narrativas e como tais requerem estratégias de coerência e linearidade na disposição do relato. Como sublinha Bourdieu, a narrativa autobiográfica faz do narrador o ideólogo da própria vida que seleciona certos acontecimentos significativos buscando um sentido globalizante e que estabelece conexões que possam justificar sua existência e atribuir-lhes coerência (Bourdieu, 1996, p. 75). O sociólogo adverte que para escaparmos das armadilhas da ilusão biográfica – em geral estruturadas no valor do “nome próprio” como agente homogeneizador da história de vida – é necessário especial atenção às análises das trajetórias pois são capazes de elucidar contradições. De acordo com o estudioso, a maneira indicada para compreender uma trajetória é reconstruir os estados sucessivos do campo no qual ele se desenvolveu, o que implica, perceber a trajetória de determinado indivíduo no transcorrer das transformações deste campo (Bourdieu, 1996, p. 82).





Deve-se considerar que o registro da memória muda de acordo com as transformações do contexto. Tanto o arquivamento de documentos pessoais como a sua publicação na forma de biografia encerram intenções inerentes. Em seu estudo acerca das elites intelectuais, Miceli aborda os métodos que envolvem a reconstrução da biografia coletiva tendo como referência os indivíduos que se tornam casos exemplares. Para o sociólogo, as características dos grupos ou setores de classe só podem ser notados pelo exame preliminar das fontes que documentam a experiência de seus integrantes, o que propicia explicitar os princípios de produção de tais fontes utilizadas, sendo “uma condição indispensável à percepção de alguns dentre os principais indicadores subjetivos e objetivos capazes de permitir uma construção analítica de um perfil do grupo em questão” (Miceli, 2001, p. 349). Nos casos dos jornalistas de Realidade, o fator “elite” não se associa ao capital econômico e tampouco ao poder político instituído, mas faz referência à elite de jornalistas intelectuais na qual circulam os capitais social e cultural, em que carreiras de prestígio são edificadas, grupos de força e influência são constituídos e mantidos. Em sua exposição, Miceli enfatiza a importância das relações entre pares que envolvem o intercâmbio de capital social, entendido como círculos de familiaridade e sociabilidade. O pesquisador sublinha que “são os intelectuais que investem mais a fundo no trabalho de transformar suas vidas em fator decisivo para a formação de capital” (Miceli, 2001, p. 352). Deduz-se, daí, a importância de os homens de letras produzirem suas próprias biografias.

Pode depreender do exame nos relatos biográficos, certas características significativas. Foram recorrentemente citadas a coesão e sintonia do grupo bem como a referência a uma história individual atrelada à uma história coletiva exemplificada pelo uso recorrente do pronome *nós* como designação afetiva do grupo. Isso pode decorrer das várias entrevistas que eles concederam aos pesquisadores que os procuraram em razão do reconhecimento de Realidade e da Imprensa Alternativa como marcos da atuação do jornalista enquanto intelectual, como sugere o relato do jornalista Carlos Azevedo.

A gente imaginava uma forma diferente de fazer jornalismo, achávamos que tínhamos que fazer um jornalismo mais ligado aos problemas do povo, mais ligado aos problemas da população, isso tudo, assim, muito improvisadamente, não como uma coisa planejada,



discutida. Mas achávamos isso... que o jornalismo tinha que transformar. E foi com essa mentalidade que a gente foi parar na revista *Realidade* (Moraes, 2010, p. 176)

Em um trecho de seu livro de memórias, Azevedo traça o perfil do grupo que formou a equipe precursora da revista *Realidade* e que posteriormente seria solicitado para dar entrevistas para vários pesquisadores.

Eram muito diferentes, vinham de lugares situações, condições culturais e políticas diversas, mas na sua grande maioria originários da mesma classe média do Sudeste (...) partilhavam de uma mesma herança de ideias desenvolvidas no país a partir da década de 30, período de brilho da nossa literatura, da música popular e erudita, das artes plásticas, cujas raízes tinham a ver com a urbanização, a industrialização (Azevedo, 2007, p. 103).

A memória individual também aparece como memória coletiva posto que vinculada à história da imprensa e também do país, uma vez que o período ditatorial e de censura aos meios de comunicação, a experiência em *Realidade* e na *Imprensa Alternativa* aparecem como marcos temporais em muitos dos relatos. Posso destacar ainda que as datas das publicações (os anos 2000) coincidem com um momento de crise e de redefinição da identidade jornalística. A questão da exigência de diploma para exercer a profissão aparece como marco temporal escamoteado, embora presente na defesa do autodidatismo no depoimento de Severiano.

Todos gostavam de ler. Eram autodidatas. Graças a Deus não havia a exigência do diploma. A revista não seria possível. Hamilton Almeida Filho, por exemplo, um dos melhores repórteres que eu já vi na minha vida, começou a trabalhar ao quinze anos, no jornal carioca *A noite*, hoje extinto. Se houvesse a exigência do diploma, como um cara como esse faria? (...) Jornalista é vocação, é como ser pintor, escritor, poeta... Como você pode pedir a um poeta: deixe-me ver seu diploma de poeta? (Moraes, 2010, p. 144)

A referência à formação intelectual feita autonomamente está associada ao capital simbólico vinculado à identidade tradicional do jornalista. O sentimento de identidade coletiva e a coesão daquele grupo de amigos formado antes mesmo de *Realidade* (Mylton e Woile se conheceram na infância, outros no início da carreira) chamou a atenção de Kucinski, segundo o qual a principal característica deste grupo era a autonomia e sua “conduta peculiar de desprezo às convenções e tradições, o que fez ser considerado um das mais demarcadas “panelas” do jornalismo brasileiro sob o



aspecto do código de comportamento” (kucinski, 2003, p. 232). A coesão do grupo é nítida no trecho da autobiografia do jornalista e escritor Roberto Freire:

Nossa equipe em Realidade e, depois, na Arte e Comunicação, era composta pelos seguintes jornalistas fundadores. Outros se associaram a nós em várias ocasiões, mas por curtos períodos e não podem ser considerados realmente parte da liderança que criou e conduziu nosso jornalismo paixão: Paulo Patarra, Sérgio de Souza, Narciso Kalili, José Hamilton Ribeiro, Hamilton de Almeida, Carlos Azevedo, José Carlos Marão, Woile Guimarães, Eurico Andrade e eu ...(Freire, 2002, p. 259).

Em suas trajetórias profissionais, os jornalistas da extinta revista Realidade atravessaram o panorama de mudanças no jornalismo. Depreendem-se, de seus relatos, referências ao capital simbólico da experiência de vida através do jornalismo. Por outro lado, por terem vivenciado o auge de modernização da imprensa, também fazem referência à dimensão técnica e não apenas vocacional do ofício. Atualmente Mylton Severiano, José Hamilton Ribeiro, José Carlos Marão, Carlos Azevedo e Frei Betto parecem ter estabelecido suas carreiras também como escritores profissionais já que publicaram mais de três livros. Os falecidos Roberto Freire e João Antônio, embora tenham sido considerados escritores marginais quando vivos, nos dias atuais são escritores reconhecidos. Ao contrastar o percurso profissional e intelectual dos jornalistas referidos com as mudanças ocorridas na produção cultural posso inferir que as mudanças no mercado profissional dos jornalistas possuem relação intrínseca com a crescente onda de publicações de memórias de antigos jornalistas. É possível inferir acerca dos vínculos entre as concepções de identidade e memória jornalística. O crescimento do número de compêndios históricos a respeito dos nomes e veículos da imprensa de notoriedade é demonstrativo das mudanças ocorridas no campo. Trata-se de uma mudança na modalidade de registro da história do jornalismo, como argumenta o sociólogo Bergamo:

Não é mais a reportagem, fronteira entre uma memória individual e uma coletiva e principal definidora da profissão, que permite ao jornalismo encontrar-se no passado ao nele se deparar com a sua própria narrativa, mas sim o registro dessas vidas e trajetórias exemplares e de sua passagem pelo jornalismo (Bergamo, 2011, p. 257).

O que se evidencia é o conflito entre duas formas de registro da memória, o



primeiro por meio das reportagens e o segundo pelo registro histórico dos casos consagrados. A transformação da memória em história encerra a forma como os jornalistas se veem e intencionam ser vistos. Assim, tem-se que as transformações ocorridas em âmbito geral no mercado de bens culturais, e por consequência no jornalismo, teve como desdobramento a mudança na constituição identitária do jornalista. A reunião dos dados levantados pela pesquisa demonstrou a marca do conflito existente entre duas identidades jornalísticas que se opõem: a identidade consagrada por uma historiografia tradicional, que valoriza a figura do repórter, e o gênero reportagem como paradigmático da profissão, e uma nova identidade criada pelas contingências do mercado que aos poucos se consolida, a do jornalista técnico em oposição ao jornalista humanista.

Por fim é necessário fazer algumas ponderações à guisa de dar um desfecho à argumentação. A história dos jornalistas remanescentes da revista Realidade proferida nas entrevistas e descrita nas biografias coletivas demonstra que, diante das transformações ocorridas no campo jornalístico, eles permaneceram fiéis ao princípio segundo o qual o jornalismo é uma atividade intelectual. Como Mylton Severiano, um dos entrevistados, salientou, seria uma redundância a expressão jornalista intelectual. Seja como profissional da imprensa ou publicando livros, em ambos os casos, estamos tratando do trabalho de escrita profissional e esta é, por excelência, um ofício intelectual.

## Referências

AZEVEDO, Carlos. **Cicatriz da reportagem: 13 histórias que fizeram um repórter**. São Paulo: Editora Papagaio, 2007. 404p.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história técnica: história da imprensa brasileira**, 4ª Edição. São Paulo: Ed. Ática, 1990. 445p.

BERGAMO, Alexandre. Reportagem, Memória e História no Jornalismo Brasileiro. **Mana** [online]. 2011, vol.17, n.2, pp. 233-269. ISSN 0104-9313. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132011000200001>> Acesso em: 19 agosto de 2012.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar. 2001.



50 anos do Golpe Militar de 64

"A história que a mídia faz,  
conta ou não conta"

BORGES, Jorge Luis. Funes, o memorioso. In: **Ficções**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996. pp. 74-82.

CAMARGO, Ana Maria Almeida. Os arquivos e o acesso à verdade. In: Santos, Cecília M.; Telles, Edson/Telles, Janaína de A. **Desarquivando a ditadura**. Memória e Justiça no Brasil, v.2. São Paulo: Ed. Hucitec, 2009, pp.424-443.

DE CERTEAU, Michel. A operação historiográfica. In: **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FREIRE, Roberto. **Eu é um outro**: autobiografia de Roberto Freire. Salvador: Maianga, 2002. 452p.

HEYMANN, Luciana. **O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2012.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários: nos tempos de imprensa alternativa**. (2ª ed. rev. e ampli.) São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. 441p.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. pp. 525-541.

MICELI, Sérgio. Biografia e Cooptação ( o estado atual das fontes para a história social e política das elites no Brasil). **Intelectuais à Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. pp. 345-356.

MORAES, Vaniucha de. **Realidade (Re) vista: o papel do intelectual na concepção de um projeto revolucionário**. 2010. 199p. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo). Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina.

PEREIRA, Fábio Henrique. **Os jornalistas-intelectuais no Brasil: identidade, práticas e transformações no mundo social**. 2008. 469 p. (Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação) Universidade de Brasília. Brasília.

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: FGV, vol. 2, n. 3, 1989.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. 1992, vol. 5, n. 10. pp. 200-212.

RICOEUR, Paul. História/Epistemologia. In: **A Memória, a História, o Esquecimento**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007. pp. 151-296.

SEVERIANO, Mylton. **Realidade – história da revista que virou lenda**. Florianópolis: Insular, 2013.